

Os fotografos pediram e Sarney posou como ganhador dos 5 anos

Tocantins já é Estado

e terá eleição logo

A Constituinte aprovou, ontem, dispositivo constante do substitutivo do Centrão às Disposições Transitórias que cria o Estado do Tocantins. A palavra final, no entanto, sobre a instalação do novo Estado será dada pela população da região, através de plebiscito, 120 dias após a promulgação da nova Carta. Segundo o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), 90% da população do Norte de Goiás são favoráveis à criação do Estado de Tocantins.

Pelo texto aprovado, o Estado vai eleger três senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais já nas eleições de 15 de novembro deste ano, data do pleito municipal em todo o País.

Siqueira Campos adiantou que, dentro de uma semana, a Constituinte deverá votar emenda de sua autoria antecipando a eleição do novo governador de Tocantins também para 15 de novembro de 1988. O deputado garantiu que a sua proposta uma vez que ele não teve dificuldade em obter 496 assinaturas ao pedido de preferência para votação da matéria em plenário.

O substitutivo do Centrão aprovado ontem prevê que o

Presidente da República indica, 30 dias após o resultado favorável do plebiscito, um governador interino. Assim, os eleitores de Tocantins somente votariam para governador nas eleições de 1990.

Mudanças

“A criação do Estado do Tocantins representa uma grande mudança para o País que começa a alterar o seu mapa político e a promover a distribuição do centro do poder na Amazônia de forma a inverter a direção tradicional dos fluxos migratórios que sempre foram voltados para o Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal”, prevê Siqueira Campos.

De acordo com o texto constitucional, o Estado do Tocantins vai limitar-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Mato Grosso.

Caberá ao Presidente da República designar uma das cidades do Estado para sua capital provisória até a aprovação da sede definitiva do Governo pela Assembleia Constituinte.